

**MARINA POLO & HELENA SOUSA**

marina@marinapolo.net; helena@ics.uminho.pt

**CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE, UNIVERSIDADE DO MINHO**

## **REFLEXÕES PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA NO CAMPO DOS ESTUDOS SOBRE A INTERNET**

### **RESUMO**

Este trabalho apresenta elementos do enquadramento teórico que orienta a análise empírica a ser aplicada no projeto doutoral provisoriamente intitulado “Uma abordagem crítica dos discursos sobre a neutralidade da rede em Portugal e no Brasil”. É apresentada uma breve cronologia, da sociologia clássica à teoria crítica da tecnologia de Feenberg. O foco da revisão incide nas dimensões de renovação do pensamento crítico que levam à superação das ideias de neutralidade tecnológica e de determinismo tecnológico. Concluímos que as problemáticas das tecnologias enfatizadas pela teoria crítica possibilitam caminhos para uma análise discursiva. Definimos, a partir desse estudo, a teoria crítica como suporte teórico para a análise do nosso objeto de pesquisa: os discursos sobre a neutralidade da internet.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Análise crítica dos discursos; Brasil; neutralidade da internet, Portugal; teoria crítica

---

### **1. INTRODUÇÃO**

Este trabalho se insere no âmbito do Programa Doutoral em Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade, e pretende dar a conhecer as escolhas teóricas que orientam o desenvolvimento do projeto provisoriamente intitulado “Uma abordagem crítica dos discursos sobre a neutralidade da rede em Portugal e no Brasil”. O projeto encontra, em sua gênese, uma preocupação em analisar criticamente os discursos sobre o que se convencionou chamar de neutralidade da Internet (ou neutralidade da rede) nos dois países desde 2009, período no qual se verifica o

surgimento de iniciativas de regulação que disciplinam sobre os princípios de neutralidade da internet.

Entendemos que o percurso de desenvolvimento de uma investigação doutoral implica escolhas; e que estas incidem sobre a visão do mundo a partir da qual propomos analisar o nosso objeto de estudo. É a escolha por um enquadramento orientado pela vertente teórica dos estudos críticos da sociedade que nos leva a desenvolver três questões no presente trabalho: quais são as definições para uma abordagem crítica nas ciências sociais? Quais são as variedades dos estudos que servem de base teórica para os estudos críticos sobre tecnologia? Qual é a relevância de uma análise crítica no campo dos estudos sobre a internet? Responder a estas interrogações significa, para nós, registrar e orientar o percurso de desenvolvimento do projeto no que diz respeito ao olhar que adotamos.

O presente trabalho é de natureza teórica e se divide a partir de uma breve cronologia sobre os estudos críticos que abordam a problemática da técnica. No ponto inicial refletimos sobre as definições de teoria crítica; passamos, nas subseções seguintes, a apresentar algumas das diferentes abordagens dos estudos críticos sobre tecnologia. O nosso intuito não é dar conta de todas as variedades dos estudos, mas sim compreender algumas das dimensões críticas do debate. A cronologia também serve para orientar as referências de pesquisas na área, o que justifica a extensa lista de referências apresentada no final deste trabalho. Começamos com os estudos sobre tecnologia na sociologia clássica (Marx, 2005, 2011, 2014) e passamos pelo pensamento de Heidegger (1987, 1954/2002) para chegar à teoria crítica da sociedade da Escola de Frankfurt. Neste ponto enfatizamos o estudo de Horkheimer e Adorno (1985) e os diálogos entre as teorias de Marcuse (1973, 1999) e Habermas (1987). No ponto mais atual da cronologia proposta é abordada a teoria crítica da tecnologia de Feenberg (1991, 1995, 1999, 2002). Desta forma, o presente trabalho levanta algumas dimensões críticas relevantes no campo dos estudos sobre a Internet.

## **2. DA TEORIA CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO DE UMA CRÍTICA DA TECNOLOGIA**

Dos pensadores que se ocupam da teoria crítica, Fuchs (2016), autor contemporâneo, será tomado como uma orientação inicial para o nosso trabalho por se direcionar para os Estudos Críticos de Informação e Mídia (Fuchs, 2011), contribuindo com uma teoria sobre Internet e sociedade (Fuchs, 2008, 2014). O autor, ao visitar trabalhos que propõem uma definição

para as abordagens críticas, como os de Lash (2002), Tyson (2006), Tallack (1995) e Agger (2006), apresenta algumas das possibilidades neste campo. Entre elas, podemos citar a crítica dialética baseada em Hegel e Marx, a crítica aporética baseada em Kant e influenciada pelo pós-estruturalismo, a crítica psicanalítica, a crítica feminista e a crítica pós-colonial, entre outras (Fuchs, 2016, p. 5). O pensamento de uma teoria crítica atribuído exclusivamente à chamada “Escola de Frankfurt” é referido por Fuchs (2016, p. 5) como um dos pontos de partida de alguns dicionários, como o *European encyclopedia of philosophy and science* e o *Historical critical dictionary of Marxism*<sup>1</sup>. Autores como Held (1980), Wiggershaus (2006), Forst (1999) e Honneth (2007) também reconhecem o termo, “teoria crítica”, a partir da sua introdução no ensaio publicado em 1937 por Horkheimer (1980).

É também a partir da teoria crítica inicialmente refletida por Horkheimer (1980), no âmbito da Escola de Frankfurt, que passamos a pensar no seu conceito. Este ponto de partida nos leva a um retorno às matrizes do pensamento da sociologia clássica. Eis aqui uma característica da teoria crítica: ser ela mesma dialética, ponto a partir do qual importa que cada novo contributo seja o resultado de uma leitura crítica das contribuições anteriores. Uma teoria crítica, como coloca Fuchs (2016, p. 3), não é um universo fechado, mas sim um empreendimento aberto que faz referências cruzadas a outras abordagens críticas. A crítica está na evolução do pensamento crítico e está presente, como veremos, no diálogo estabelecido entre os pensadores, nas propostas de revisão e de superação das abordagens sobre tecnologia e nas possíveis formas de emancipação do sujeito.

Dos estudos sobre a internet que se assumem como críticos, Fuchs (2012) distingue duas abordagens; a dos estudos culturais, com modelo teórico pós-estruturalista, e a abordagem da economia política, com modelo teórico marxista. Considerando que o pensamento marxista é a herança da Teoria Crítica clássica, é a partir da economia política que apresentamos as variedades dos estudos que servem de base teórica para uma reflexão sobre os estudos críticos no campo da internet.

## 2.1 A SOCIOLOGIA CLÁSSICA COMO FIO CONDUTOR PARA O PENSAMENTO CRÍTICO DA TÉCNICA

Os primeiros teóricos críticos, oriundos da sociologia clássica, estavam atentos às transformações ocorridas no século XVIII, principalmente com o desenvolvimento do capitalismo industrial que marcou, a partir da

<sup>1</sup> Ver <http://www.inkrit.de/hkwm/hkwm-index.htm>

corrente histórica marxista, a entrada na era moderna. O trabalho de Marx incide justamente sobre estas que passaram a configurar características exclusivas da modernidade, tais como o sistema político do Estado-nação, a completa transformação dos produtos em mercadoria e o trabalho assalariado (Giddens, 1991, p. 12). Os teóricos estavam cientes de que as transformações vindas com a inserção da lógica mercantil na sociedade traziam riscos associados. Em sua análise, Marx adotou uma postura de crítica perante às condições de desenvolvimento na era moderna.

A trajetória do pensamento crítico é importante para o nosso trabalho principalmente no que diz respeito à compreensão da modernidade como a época da técnica. Como coloca Serra (1996, p. 5), “o problema da técnica estava-nos destinado desde o início da Modernidade”. A sociedade moderna burguesa foi o objeto de pesquisa de Marx e, para compreendê-la, dedicou-se aos estudos das máquinas de trabalho (Marx, 2005, 2011, 2014). Esses estudos relacionam a sociedade burguesa ao progresso tecnológico, através da visão dialética e crítica e de uma interpretação materialista do desenvolvimento histórico.

Do pensamento marxista do século XIX até a constituição da Escola de Frankfurt no século XX, passaram-se pelo menos seis décadas; espaço de tempo preenchido com importantes contributos para uma crítica à tecnologia. O pensamento crítico de tradição marxista se desenvolveu através de autores como Ellul (1964)<sup>2</sup> e Lukács (2003). De entre os autores de corrente existencialista que contribuíram para o pensamento sobre a técnica estão Ortega y Gasset (1963), Arendt (1988, 2010) e Heidegger (1987, 1954/2002), este último considerado um autor fundamental para a compreensão do problema da técnica (Miranda, 1993 citado em Serra, 1996).

Heidegger, tendo vivido acontecimentos que provaram ser experiências tecnológicas, como a II Guerra Mundial (1939-1945) e o início da Guerra Fria (1947-1953), refletiu sobre a questão tecnológica na modernidade em trabalhos como “A questão da técnica” (Heidegger, 1954/2002). Segundo a sua concepção, a técnica moderna é “um meio produzido pelo homem para um fim estabelecido pelo homem” (Heidegger, 1954/2002, p. 12). O seu pensamento não se restringiu a uma lógica instrumental mecânica, pois as suas reflexões, como enfatizou McLuhan (1972, p. 306), podem estar relacionadas a fases tecnológicas tão avançadas quanto a eletrônica, isso porque o autor pensou a tecnologia não apenas como “um simples meio”, mas também como uma “forma de descobrimento”, o que nos

<sup>2</sup> Esta obra foi traduzida para o português, intitulada “A técnica e o desafio do século”, porém houve apenas uma edição, pela editora Paz e Terra, 1968.

leva à “essência da técnica” (Heidegger, 1954/2002, p. 17). As suas colocações refletem de forma quase profética, como coloca Martins (2015, p. 44), “pontos desconhecidos pelo próprio Heidegger, pois têm o seu destino associado à globalização” e, “falar de globalização e de integração dos mercados é falar de tecnologias da comunicação e da informação, que são a condição de possibilidade dessa integração”. É nesse aspecto que Heidegger (1954/2002, p. 31) se torna um autor fundamental para o pensamento da tecnologia como um perigo intrínseco ao projeto de modernidade.

## 2.2 A CRÍTICA DA TECNOLOGIA NA ESCOLA DE FRANKFURT

A teoria crítica é expressa no âmbito da Escola de Frankfurt através da reapropriação de alguns elementos do pensamento marxista e do seu fundamento filosófico: a dialética hegeliana. Tal ponto de partida é demonstrativo de que os frankfurtianos não tomaram o materialismo histórico como o método de análise basilar para os seus objetos de pesquisa. Mesmo assim é óbvia a influência de Marx através da identificação destes pensadores “com aquilo que era princípio na teoria marxista. Esse princípio essencial consistia na crítica concreta das relações sociais alienadas e alienantes” (Wiggershaus, 2006, p. 37). Estavam abertos os caminhos para questionar o legado anterior de pensadores como Marx, Weber e Lukács (como é próprio do pensamento crítico) e, ao mesmo tempo, ter as suas teses como referências. Dessa forma, os frankfurtianos desenvolveram uma profunda análise das estruturas capitalistas que, nessa época, configuravam um capitalismo monopolista.

A primeira geração da Escola de Frankfurt elaborou uma crítica ao capitalismo monopolista principalmente a partir da crítica à racionalidade técnico-científica. No seu ápice, a racionalidade capitalista tinha a sua expressão nas novas formas de organização do trabalho. Foi a partir dos avanços técnicos que “o sujeito se coisificou após sua eliminação da consciência” (Horkheimer & Adorno, 1985, p. 35). Além da perda da consciência crítica, a problemática da dominação foi refletida na sua relação com a instrumentalidade tendo em conta que “o desenvolvimento da máquina se converteu em desenvolvimento da maquinaria da dominação” (Horkheimer & Adorno, 1985, p. 40). “A maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão”, concluem Horkheimer e Adorno (1985, p. 40).

A enfática crítica à racionalidade tecno-científica elaborada pela primeira geração da Escola de Frankfurt, também presente no trabalho de Benjamin (1936/1975), prolongou, à sua maneira, a metáfora da “jaula de

aço” atribuída a Weber (Löwy, 2014). Essas reflexões serviram como contraponto de resistência à visão otimista, mais corrente na época, acerca do progresso tecnológico.

Ainda na primeira geração da Escola de Frankfurt, Marcuse (1999) continuou a refletir sobre as transformações ocorridas na sociedade moderna sob a égide da revolução científico-tecnológica. No ensaio “Algumas implicações sociais da tecnologia moderna”, o autor introduz duas ideias que são importantes para pensar a crítica da tecnologia. A primeira ideia é a de que “a tecnologia é vista como um processo social no qual a técnica propriamente dita (isto é, o aparato técnico da indústria, transportes, comunicações) não passa de um fator parcial” (Marcuse, 1999, p. 73). A afirmação de que a tecnologia é socialmente determinada continuou a ser desenvolvida: sendo a tecnologia socialmente determinada, ela é mutável. Sendo a tecnologia mutável, também há nela um potencial emancipador.

A ideia de neutralidade, que pode ser interpretada quando Marcuse coloca que a técnica “pode promover tanto o autoritarismo quanto a liberdade, tanto a escassez quanto a abundância” (1999, p. 74) foi recusada pelo autor duas décadas depois. Os argumentos que refutam a ideia de neutralidade (Marcuse, 1973, 1998) vieram já em um período pós-guerra, em que a interrogativa sobre a neutralidade da tecnologia se colocava de forma mais enfática. A ideia de que a tecnologia não é neutra concorda com a visão heiddegeriana e está enfatizada quando Marcuse coloca que “o *a priori* tecnológico é um *a priori* político na medida em que a transformação da natureza compreende a do homem” e “quando a técnica se torna a forma universal da produção material, ela circunscreve uma cultura inteira; ela projeta uma totalidade histórica – um ‘mundo’” (Marcuse, 1973, p. 150).

Ao rejeitar a neutralidade da técnica, Marcuse reforça as suas preocupações com o potencial de dominação da tecnologia, mas continua a acreditar no potencial de emancipação da sociedade através de uma transformação fundamental na razão técnica. Pois, sendo mutável, é possível encontrar novas formas de ciência e de técnica. Nesse aspecto, o trabalho de Marcuse passa a apontar para um discurso emancipador de que “a própria estrutura da existência humana seria alterada; o indivíduo seria libertado da imposição”, e “ficaria livre para exercer autonomia sobre uma vida que seria sua” (Marcuse, 1973, p. 24).

Habermas, da segunda geração da Escola de Frankfurt, desenvolve uma crítica a respeito da questão da neutralidade tecnológica e das possibilidades de emancipação (1987, 2012a, 2012b). A partir da visão marcusiana de que há uma fusão entre técnica e dominação, racionalidade e opressão,

o autor questiona que “não poderia pensar-se uma emancipação sem uma revolução prévia da própria ciência e técnica” (Habermas, 1987, p. 50). Se fosse possível estabelecer um pensamento de um “projeto alternativo e, além disso, uma nova ciência alternativa deveria incluir a definição de uma nova técnica” e “teria evidentemente de conduzir a um projeto do gênero humano no seu conjunto” (Habermas, 1987, p. 51). Ou seja, a ideia de que possa existir uma nova ciência e uma nova técnica é rejeitada por Habermas. Nesse sentido a sua crítica a Marcuse passa pela mesma lógica utilizada pelos que posicionam este último no plano do romantismo de uma comunhão utópica com a natureza.

Habermas (2012a, 2012b) concorda que há nas instituições uma dominação empreendida com a penetração da ciência e da técnica, tanto que as suas propostas seguem em uma direção emancipadora; porém, em sua teoria da ação comunicativa, contrapõe-se à ideia de que a racionalidade se tornou unicamente instrumental e, portanto, um instrumento de dominação na sociedade.

As críticas de Habermas marcaram dois pontos de retorno ao pensamento da Escola de Frankfurt: o retorno à neutralização da tecnologia e o retorno à ideia de que a tecnologia não é socialmente determinada.

### 2.3 A TEORIA CRÍTICA DA TECNOLOGIA DE FEENBERG

Chegamos até o ponto temporalmente mais próximo da linha cronológica que propomos apresentar nesse trabalho: a teoria crítica da tecnologia do filósofo A. Feenberg. O autor propõe uma reflexão dialética a partir, principalmente, da comparação dos diálogos de Marcuse e Habermas. Ao longo dos seus trabalhos (Feenberg, 1991, 1995, 1999, 2002, 2003, 2005, 2017) propõe enfaticamente a superação da visão de neutralidade tecnológica e confirma, tal como Marcuse, que a tecnologia é socialmente determinada. O autor propõe uma renovação crítica do pensamento frankfurtiano.

Para posicionar e reformular a teoria crítica da tecnologia, Feenberg (2003) elabora uma síntese das principais abordagens teóricas na filosofia contemporânea sobre o tema. A distinção entre as abordagens se dá a partir de duas dicotomias que se encontram na relação entre a humanidade e a tecnologia. Na primeira, ou a tecnologia é autônoma ou é humanamente controlada. Na segunda, ou a tecnologia é neutra ou é orientada pelos valores da sociedade. O autor organiza os seus comentários da seguinte forma:

Technology is:	Autonomous	Humanly Controlled
Neutral (complete separation of means and ends)	Determinism (e.g. modernization theory)	Instrumentalism (liberal faith in progress)
Value-laden (means form a way of life that includes ends)	Substantivism (means and ends linked in systems)	Critical Theory (choice of alternative means-ends systems)

Figura 1: Perspectiva contemporânea de filosofia da tecnologia

Fonte: Feenberg, 2003, p. 5

Na combinação desses valores estão apresentadas as diferentes abordagens teóricas. É a partir da teoria instrumental e da teoria determinista do desenvolvimento tecnológico que o autor desenvolve as suas principais críticas à neutralidade da tecnologia. Com relação a uma teoria substantiva da tecnologia, Feenberg concorda que as consequências negativas do desenvolvimento tecnológico têm de ser enfatizadas, mas não acredita em um destino tecnológico cuja aceitação passiva é inevitável. Como contraponto, propõe a teoria crítica da tecnologia.

A teoria crítica da tecnologia nos interessa principalmente a partir da introdução da ideia de “código técnico”. Este conceito foi introduzido por Feenberg (2002, p. 74) para se referir ao fenômeno de relação entre as exigências sociais (ou projetos sociais) e às exigências técnicas (ou projetos técnicos). O código técnico funciona como um critério que seleciona, dentre outras possibilidades de escolhas técnicas viáveis, apenas uma, e a toma como a melhor solução. Os códigos técnicos explicam “como o resultado das escolhas técnicas pode ser um mundo que apoia o modo de vida de um ou outro grupo social influente” (Feenberg, 2017, p. 158) pois “estão sempre enviesados, em certa medida, pelos valores dos atores dominantes” (Feenberg, 2002, p. 159).

A racionalidade do código técnico é o que leva à aceitação hegemônica do que Feenberg chama de “caixa-preta”<sup>3</sup> (2017, p. 100). A “caixa-preta” é o processo de fechamento dos dispositivos técnicos sem o questionamento das outras possibilidades técnicas viáveis, ou seja, é um conceito que se refere às “formas standardizadas de compreender e fazer dispositivos” (Feenberg, 2017, p. 308).

<sup>3</sup> Este conceito tem a influência de estudos anteriores como os de Latour (1987) a respeito das “black boxes” e Flusser (2002).

O “código de projeto” é outro conceito introduzido por Feenberg (2017, p. 308) para se referir de forma generalizada à normatização dos modos de compreensão dos sistemas racionais. É devido a essa racionalidade que as instituições não são verdadeiramente democráticas quanto às escolhas de design e ao desenvolvimento tecnológico. Por isso, as instituições que temos não são apropriadas para exercer o controle humano sobre a tecnologia. Nesse sentido, Feenberg propõe um modelo alternativo para a tecnologia, possível com a abertura da “caixa-preta” (2017, p. 100) dos códigos técnicos.

De forma a explicar a evolução do fenômeno do código-técnico e demonstrar que um dos problemas deste processo é “o entrelaçamento da função e significado”, que “está generalizado nas sociedades modernas” (Feenberg, 2017, p. 149), o autor dá como exemplo o caso do domínio das tecnologias de comunicação:

a internet é um sistema, no sentido de Habermas, gerido de acordo com a racionalidade administrativa e distribuído num mercado. Como tal, suporta agências governamentais e grandes empresas com imenso poder político e económico. Contudo, as atividades que a internet facilita são essencialmente atividades de comunicação. No mundo da vida, a internet envolve significados e conotações que têm a ver com situações de intimidade, contatos humanos, auto-promoção das pessoas, criatividade, etc. A internet não é meramente instrumental para estas finalidades do mundo da vida; pertence ao próprio mundo da vida como um artefato rico de significados. Isto é mais do que uma questão de associações subjetivas, pois afeta a evolução e o projeto da rede e da interface, que não podem ser entendidos em termos de uma ideia abstrata de eficiência. (Feenberg, 2017 p. 149)

Tal ideia, além de servir como uma crítica ao esquema de interpretação de Habermas, que, “embora fecundo, está cheio de problemas”, tais como “omissões e ambiguidades” (Feenberg, 2017, p. 148), serve para enfatizar que a ideia abstrata de eficiência é um ponto que “tornou-se claro na luta em torno da neutralidade da rede” (Feenberg, 2017, p. 149). O autor conclui que “a contradição entre o sistema e o mundo da vida dos seus utilizadores e vítimas explica o aumento de lutas na Internet, na esfera pública técnica emergente” (Feenberg, 2017, p. 150).

### 3. REFLEXÕES CONCLUSIVAS PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A NEUTRALIDADE DA INTERNET

Apresentamos um quadro teórico crítico sobre as problemáticas da tecnologia. Este enquadramento é representativo das escolhas que orientam, teoricamente, a análise empírica a ser aplicada no nosso projeto doutoral, através da ferramenta teórico-metodológica da análise crítica dos discursos (Chouliaraki & Fairclough, 1999; Fairclough, 2003; Fairclough & Wodak, 1997). Consideramos que os problemas tecnológicos referidos, desde a entrada da humanidade na era moderna, constituem dimensões críticas a serem observadas e analisadas nas controvérsias atuais da sociedade, ou seja, fundamentais para a análise do nosso objeto de pesquisa: os discursos sobre a neutralidade da internet.

Para posicionar o nosso objeto em uma abordagem crítica, consideramos importante, ainda, dois aspectos iniciais: contextualizar que esses discursos estão inseridos em um projeto de modernidade e refletir sobre as estruturas, as contradições e as características exclusivas do capitalismo em seu estágio atual: o capitalismo digital (Schiller, 1999). O debate sobre o capitalismo através de uma abordagem crítica da economia política das comunicações (Sousa, 2011; Wasko, Murdock & Sousa, 2011) constitui um elemento fundamental para a compreensão das disputas pelo domínio da internet.

A internet se divide em três camadas (infraestrutura, protocolos e conteúdos). O seu funcionamento resulta da articulação autônoma entre as camadas dos protocolos e conteúdos e a camada física da infraestrutura. As disputas em torno da neutralidade da Internet estão situadas na infraestrutura comunicacional. É justamente a característica autônoma de cada camada que define que o tráfego de dados não seja diferenciado ou discriminado ao longo do percurso pelos controladores da rede física, como, por exemplo, pelas empresas fornecedoras de conexão à internet. Essa forma de funcionamento é uma característica fundamental da internet, arquitetada de forma a prezar pela não interferência nos fluxos de dados e a garantir a autonomia dos seus utilizadores. A esse princípio de design chamamos neutralidade da internet.

A forma como a internet foi arquitetada e os valores que estão associados a esse artefato tecnológico, como a liberdade de expressão, no entanto, não devem ser tomados como garantidos. O seu funcionamento está a ser estrategicamente definido, como sugere Galloway (2004) ao apontar diversos fatos que ajudam a levantar a hipótese de que houve uma alteração na própria arquitetura da internet, a partir dos anos 2000, de

um modelo descentralizado, que preza pelo compartilhamento para um modelo cada vez mais fechado e controlado. Tais constatações foram fortalecidas com a publicação de documentos através da organização WikiLeaks (Greenwald, 2014).

Sendo assim, as disputas sobre a neutralidade da internet vão além da perspectiva técnica, sendo permeadas por elementos de natureza política. É neste sentido que a análise do nosso objeto dialoga com o problema dos códigos técnicos. O interesse dos grupos sociais dominantes deve ser uma dimensão de análise do nosso objeto e, para tal, partiremos da indicação colocada por Feenberg (2017, p. 309). O autor sugere que um processo de tradução entre o discurso técnico e os discursos social, cultural e político é bastante eficaz para tornar visível as formulações dos tipos ideais do código de projeto pelo investigador.

A análise do nosso *corpus*, que constitui maioritariamente de arquivo, a partir de documentos já existentes e que regulam a neutralidade da internet, atentará para os argumentos que passam pelos critérios de eficiência e da economia. Esses critérios configuram bloqueios não-tecnológicos e devem ser interrogados na nossa análise. Os códigos de projeto estão formulados de forma estratégica por especialistas, por exemplo, em regulamentos de instituições governamentais e empresariais.

A nossa análise dialoga ainda com a proposta de abertura da “caixa-preta” dos códigos técnicos. Partimos da ideia de que as infraestruturas e o funcionamento técnico da internet são propositalmente invisibilizados no debate sobre as tecnologias de informação e comunicação. Também as discussões sobre controvérsias tecnológicas, como no debate sobre a neutralidade da internet, utilizam, muitas vezes, linguagem estrategicamente especializada e que afasta a perspectiva de participação pública. Tais capturas facilitam o controle tecnológico e representam um perigo para uma sociedade cada vez mais dependente da mediação tecnológica. Esses perigos passam pelo alargamento da vigilância na sociedade e pela perda de direitos, tais como a liberdade de expressão, a proteção de dados pessoais, a privacidade e os modos de acesso aos conteúdos na internet.

Para finalizar, consideramos que o pensamento da racionalidade técnica está presente nas diversas esferas da sociedade moderna e, neste aspecto, o tema da neutralidade da internet está inserido em um campo de estudo estratégico, dada a relevância da comunicação em rede na sociedade atual. A disputa pelo controle e domínio dos artefatos tecnológicos é um tema que configura um rico campo de pesquisa, com diversas lacunas críticas a serem colmatadas. Os desafios que envolvem a análise que propomos

são múltiplos e, para alcançar os nossos objetivos escolhemos estabelecer um estreito diálogo com o nosso quadro teórico, principalmente a partir de três conceitos: poder, ideologia e crítica, que, de acordo com Wodak e Meyer (2015, p. 5) são conceitos vinculados à análise crítica dos discursos. Concluímos, assim, que a teoria crítica, a partir das dimensões críticas que enfatizam o desenvolvimento tecnológico, possibilita caminhos para uma análise discursiva no campo dos estudos sobre a internet.

## FINANCIAMENTO E AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) pelo apoio financeiro através de uma bolsa de doutoramento (PD/BD/128177/2016).

## REFERÊNCIAS

- Agger, B. (2006). *Critical social theories: an introduction*. Boulder, CO: Paradigm.
- Arendt, H. (1988). *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva.
- Arendt, H. (2010). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Benjamin, W. (1936/1975). A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. In *Coleção Os Pensadores. Textos Escolhidos. Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno e Jürgen Habermas* (pp. 9-34). São Paulo: Abril Cultural.
- Chouliaraki, L. & Fairclough, N. (1999). *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Ellul, J. (1964). *The technological society*. Nova Iorque: Alfred Knopf.
- Fairclough, N. (2003). *Analysing discourse: Textual analysis for social research*. Londres: Routledge.
- Fairclough, N. & Wodak, R. (1997). Critical Discourse Analysis. In T. van Dijk (Ed.), *Discourse Studies: a multidisciplinary introduction* (Vol. 2, pp. 258-284). Londres: Sage.
- Feenberg, A. (1991). *Critical theory of technology*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Feenberg, A. (1995). *Alternative modernity: the technical turn in philosophy and social theory*. Berkeley: University of California Press.
- Feenberg, A. (1999). *Questioning technology*. Londres: Routledge.

- Feenberg, A. (2002). *Transforming technology: a critical theory revisited*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Feenberg, A. (2003). *What is philosophy of technology?* Lecture for the Komaba Undergraduates. San Diego State University. Retirado de [https://www.sfu.ca/~andrewf/books/What\\_is\\_Philosophy\\_of\\_Technology.pdf](https://www.sfu.ca/~andrewf/books/What_is_Philosophy_of_Technology.pdf)
- Feenberg, A. (2005). *Heidegger and Marcuse: the catastrophe and redemption of history*. Nova Iorque e Londres: Routledge.
- Feenberg, A. (2017). *Entre a razão e a experiência. Ensaios sobre tecnologia e modernidade*. Lisboa: MIT Portugal e Inovatec. Retirado de <https://www.sfu.ca/~andrewf/Entre%20a%20razao.pdf>
- Flusser, V. (2002). *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Forst, R. (1999). Justice, reason, and critique: basic concepts of critical theory. In D. Rasmussen (Ed.). *The Handbook of Critical Theory* (pp. 336-360). Malden, MA: Blackwell.
- Fuchs, C. (2008). *Internet and society. social theory in the information age*. Nova Iorque: Routledge.
- Fuchs, C. (2011). *Foundations of Critical Media and Information Studies*. Nova Iorque: Routledge.
- Fuchs, C. (2012). Towards marxian internet studies. *tripleC: Communication, Capitalism & Critique*, 10(2), 392-412. DOI: 10.31269/triplec.v10i2.277
- Fuchs, C. (2014). *Social media: a critical introduction*. Londres: Sage.
- Fuchs, C. (2016). *Critical theory of communication*. Londres: University of Westminster Press. DOI: 10.16997/book1
- Galloway, A. (2004). *Protocol: how control exists after decentralization*. Cambridge, MA: MIT.
- Giddens, A. (1991). *Conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp.
- Greenwald, G. (2014). *Sem esconderijo: o caso Snowden nas palavras de quem o revelou*. Lisboa: Bertrand.
- Habermas, J. (1987). *Técnica e ciência como "ideologia"*. Lisboa: Edições 70.
- Habermas, J. (2012a). *Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social (Vol. I)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Habermas, J. (2012b). *Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista (Vol. II)*. São Paulo: Martins Fontes.

- Heidegger, M. (1987). *Introdução à metafísica*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Heidegger, M. (1954/2002). A questão da técnica. In M. Heidegger, *Ensaios e Conferências* (pp. 11-38). Petrópolis: Ed. Vozes.
- Held, D. (1980). *Introduction to critical theory: Horkheimer to Habermas*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Honneth, A. (2007). *Disrespect: the normative foundations of Critical Theory*. Cambridge: Polity
- Horkheimer, M. & Adorno, T. W. (1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Horkheimer, M. (1980). *Teoria tradicional e teoria crítica. Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.
- Lash, S. (2002). *Critique of information*. Londres: Sage.
- Latour, B. (1987). *Science in action: how to follow scientists and engineers through society*. Cambridge: Harvard University Press.
- Löwy, M. (2014). *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo: Boitempo.
- Lukács, G. (2003). *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes.
- Marcuse, H. (1973). *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Marcuse, H. (1998). Industrialização e capitalismo na obra de Max Weber. In H. Marcuse, *Cultura e sociedade* (vol. 2, pp. 113-137). São Paulo: Paz e Terra.
- Marcuse, H. (1999). Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In H. Marcuse & D. Kellner (Eds.), *Tecnologia, guerra e fascismo: coletânea de artigos de Herbert Marcuse*. (pp. 73-104). São Paulo: UNESP.
- Martins, M. L. (2015). Mídias digitais e lusofonia. In M. L. Martins (Ed.), *Lusofonia e Interculturalidade - Promessa e Travessia* (pp. 27-56). Famicão: Edições Húmus.
- Marx, K. (2005). *La tecnología del capital*. México: Ítaca.
- Marx, K. (2011). *Gundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboço da crítica a economia política*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Marx, K. (2014). *O capital: crítica da economia política. Livro I*. São Paulo: Boitempo Editorial

- McLuhan, M. (1972). *A galáxia de Gutenberg; a formação do homem tipográfico*. São Paulo: Editora Nacional, Editora da USP.
- Ortega y Gasset, J. (1963). *Meditação sobre a técnica: vicissitudes das ciências - cacofonia na Física*. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano.
- Schiller, D. (1999). *Digital capitalism: networking the global market system*. Cambridge: Mass MIT Press.
- Serra, P. (1996). O problema da técnica e o ciberespaço. Retirado de <http://bocubi.pt/pag/jpserra-problema.html>
- Sousa, H. (2011). Economia Política dos Media: origens e percursos, características nucleares e grandes temáticas. *Alicerces*, 4, 383-407. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29984>
- Tallack, D. (1995). *Critical theory: a reader*. Nova Iorque: Harvester Wheatsheaf.
- Tyson, L. (2006). *Critical theory today: a user-friendly guide*. Nova Iorque: Routledge.
- Wasko, J., Murdock, G. & Sousa, H. (Eds.) (2011). *The handbook of Political Economy of Communications*. Londres: Wiley-Blackwell.
- Wiggershaus, R. (2006). *Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. Rio de Janeiro: DIFEL.
- Wodak, R. & Meyer, M. (Eds.). (2015). *Methods of critical discourse studies*. Londres: Sage.

## Citação:

Polo, M. & Sousa, H. (2019). Reflexões para uma análise crítica no campo dos estudos sobre a internet. In Z. Pinto-Coelho, S. Marinho & T. Ruão (Eds.), *Comunidades, participação e regulação. VI Jornadas Doutorais, Comunicação & Estudos Culturais* (pp. 137-151). Braga: CECS.